



(*) Documento assinado eletronicamente por diversos autores, finalizado em 27 de Julho de 2021 às 13:39 hrs e conforme Art. 10, § 1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: ANEXO-2019855, Código de Validação: 94ABE41A62.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 20/07/2021. Publicação: 21/07/2021. Edição nº 136/2021.

CONSIDERANDO que o prazo para a conclusão da Notícia de Fato, contando com a sua prorrogação, encontra-se exaurido, sendo, por isso, aplicável o disposto no art. 3º da Resolução CNMP 174, de 04 de julho de 2017; e, finalmente, CONSIDERANDO a necessidade de dar seguimento na investigação com o fito de levantar as provas necessárias para instauração de eventual ação penal pública ou para elidir a responsabilidade do representado, gerando, por consequência desta, o arquivamento dos autos, RESOLVE:

CONVERTER A NOTÍCIA DE FATO Nº 028930-500/2020 EM PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL, em conformidade com o disposto no art.3º da Resolução CNMP 174, de 04 de julho de 2017, c/c art. 3º da Resolução CNMP nº 181/2017, DETERMINANDO:

- 1) REGISTRE-SE no livro próprio e no SIMP;
- 2) AUTUE-SE a presente portaria juntamente com a Notícia de Fato, encartando-a na face do procedimento e remetendo cópia para publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público, à coordenação de Documentação e Biblioteca desta Procuradoria Geral de Justiça;
- 3) JUNTE-SE aos presentes autos, cópia da Portaria nº 5054-GAB/PGJ, de 30/06/2020;
- 4) DILIGENCIE-SE para o cumprimento de todas as requisições determinadas no despacho que determinou a conversão da NF em PIC;
- 5) OBEDEÇA-SE para a conclusão deste procedimento investigatório criminal, o prazo de 90(noventa) dias para sua conclusão, consoante estabelecido no art. 13 da Resolução CNMP 181/2017, fazendo-me conclusos os autos após o cumprimento das diligências requisitadas e antes de encerramento do prazo para conclusão do procedimento.

Cumpra-se.

São Luís, 20 de julho de 2021

assinado eletronicamente em 20/07/2021 às 11:44 hrs (*)

PEDRO LINO SILVA CURVELO

PROMOTOR DE JUSTIÇA

ASSESSOR ESPECIAL DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Comissão Permanente de Licitação

EXTRATOS

EXTRATO DE 1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/2020

PROCESSO Nº 24174/2019: OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência estabelecido no Contrato nº 018/2020, em mais 12 (doze) meses, com início em 21/07/2021 e término em 20/07/2022, cujo objeto é a prestação de serviços continuados de Operação, Manutenção Preventiva e Corretiva de Transporte Vertical – Elevador, Marcas (ATLAS SCHINDLER E THYSENKRUPP), instalados no Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público e no Prédio Sede da Promotoria de Justiça de Timon, conforme as justificativas e autorização que constam do Processo Administrativo nº. 24174/2019. VALOR DO TERMO ADITIVO: R\$ 53.592,00 (cinquenta e três mil, quinhentos e noventa e dois reais). NOTA DE EMPENHO Nº 2021NE001301 – datada de 15/07/2021. NATUREZA DA DESPESA: 33.90.39.17 – Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos. PLANO INTERNO: CAMPE. BASE LEGAL: Art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e vinculado à previsão fixada na Cláusula Segunda do Contrato nº 18/2020 e ao Processo Administrativo nº 24174/2019. CONTRATANTE: Procuradoria-Geral de Justiça. Representante Legal: Júlio César Guimarães. CONTRATADA: ELEVADORES OK COMÉRCIO DE PEÇAS, COMPONENTES E SERVIÇOS DE ELEVADORES LTDA. Representante legal: Antônio Rosa Moita.

São Luís, 20 de julho de 2021.

CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DE 4º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 39/2017.

PROCESSO Nº 5514/2021. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência estabelecido no Contrato nº 39/2017, em mais 12 (doze) meses, com início em 14/08/2021 e término em 13/08/2022, cujo objeto é a prestação de serviços técnicos de operação e manutenção preventiva e corretiva em Central Telefônica, PABX, CPA (Central por Programa Armazenado), CPCT (Central Privada de Comunicação Telefônica), Digital, da Marca ERICSSON, Modelo MD 110, Versão BC 09, e Micros PABX, instaladas na Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão, Promotorias de Justiça da Capital e Região Metropolitana de São Luís, conforme as justificativas e